



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo-SP - CEP 05435-040**

### SENTENÇA

Processo nº: 1004654-72.2021.8.26.0100  
 Requerente: \_\_\_\_\_ S/A  
 Requerido: \_\_\_\_\_ S.A.  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Tobias de Aguiar Moeller

Vistos.

\_\_\_\_\_ S/A ajuizou esta ação em face de \_\_\_\_\_ S/A.

Segundo a inicial (fls. 1/5), a autora foi condenada no processo judicial nº 5002601-68.2020.8.13.0287, no qual um cliente teria alegado que pagou suposto boleto fraudulento no valor de R\$ 13.140,50, pagamento este que teria sido feito, em verdade, em benefício do réu. Afirmou que, naquela ação, foi condenada a ressarcir o valor. Requereu, caso seja confirmado que o crédito foi obtido mediante ato ilícito, seja o réu condenado a ressarcir o valor.

A inicial foi instruída com cópias do processo judicial (fls. 6/10).

Citado, o réu contestou às fls. 43/57. Apresentou preliminar de conexão, uma vez que a autora teria distribuído diversas ações com a mesma causa de pedir em face do requerido, havendo risco de prolação de decisões conflitantes. No mérito afirmou que apenas hospedou domicílio bancário do terceiro responsável pela fraude e direcionou os recursos relacionados ao pagamento do boleto à conta deste terceiro. Esclareceu que qualquer cliente do PagSeguro pode acessar o aplicativo, informar dados de venda e emitir diretamente um boleto bancário, de modo que a instituição financeira não seria beneficiária do valor transacionado. Diz que não há nexo de causalidade entre o prejuízo suportado pela parte autora e qualquer conduta atribuída ao réu; que é a própria autora que é negligente com os dados pessoais de seus clientes. Pugnou pela improcedência da ação.

A contestação foi carreada com lista de ações judiciais e cópias de sentenças judiciais (fls. 73/101).

Réplica às fls. 109/121.

Na decisão saneadora (fl. 203) foi afastada a preliminar de conexão, foram fixados os pontos controvertidos da lide e foi distribuído o ônus da prova.

A ré prestou informações (fls. 212/213) e juntou documentos (fls. 223/239).

As partes informaram não ter outras provas (fls. 246 e 247).

É o relatório.

DECIDO.

**Preliminar de conexão.** A preliminar de conexão já foi afastada por ocasião do saneamento do feito (fl. 203).

**Mérito.** No mérito, tenho que os pedidos iniciais comportam acolhimento.

Com efeito, é incontroverso que houve uma emissão de boleto bancário fraudulento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo-SP - CEP 05435-040**

onde, embora constasse que o beneficiário era a parte autora, o pagamento foi dirigido, em verdade, ao PagSeguro, ora requerido.

Conforme documentos de fls. 6/10, a autora foi condenada em processo judicial (autos nº 5002601-68.2020.8.13.0287) a suportar um prejuízo de R\$ 13.140,50 referente a um pagamento de saldo devedor de financiamento feito pela vítima mediante um boleto fraudado.

O réu, embora tenha qualificado o suposto cliente que se beneficiou do boleto fraudado (Dhiego Henrique Bernardes, fls. 212/213), não comprovou efetivamente que repassou o valor do boleto pago ao dito correntista. A petição de fls. 212/213 apenas menciona o correntista e os documentos de fls. 223/239 não comprovam que o réu, após o recebimento dos valores, tenha efetivamente transferido para terceiros.

Ademais, ao autorizar que um cliente emita livremente boletos bancários em sua plataforma, o réu clamou para si o risco do negócio que desempenha, ressaltando-se que é notório no Brasil a prática de estelionato na modalidade ora narrada.

Por isso, considerando que a atividade desenvolvida pelo réu implica, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, haverá obrigação de reparar o dano, nos termos do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil.

Cabe também lembrar que a Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre a prevenção de crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens por meio do sistema financeiro, obriga a instituição financeira a tomar providências para identificação dos clientes, manutenção de seus cadastros atualizados e minuciosa análise das operações financeiras e do perfil do cliente.

O Banco Central, ao emitir a Circular nº 3978 de 23.1.2020 para consolidar os procedimentos relativos àquela Lei nº 9.613/98, expressamente determina à instituição financeira que não apenas colete e mantenha informações atualizadas dos clientes como somente inicie qualquer relacionamento negocial após todos os documentos e informações serem providenciados. O Capítulo V da Circular nº 3978/2020 denomina-se "Dos Procedimentos Destinados a Conhecer os Clientes", título este que indica explicitamente a obrigação da instituição financeira de "conhecer" e ter dados e informações de seus clientes.

A Circular nº 3978/20 do Banco Central expressamente exige da instituição financeira coleta de informações sobre a origem dos recursos e a atividade econômica do cliente.

Neste cenário, antes de autorizar indiscriminadamente a emissão de boletos bancários pelos correntistas, deveria a ré, ao menos, analisar o perfil do cliente para, se for o caso, assentir na prática ora em questão, evitando ou ao menos reduzindo o risco destas fraudes tão corriqueiras e evitando que a sua conta bancária seja utilizada para a prática de crimes.

Ainda, cabe trazer à baila recente precedente do TJSP onde o réu PagSeguro também foi condenado por permitir a emissão de boleto falsificado por terceiros:

Ação condenatória. Boleto falsificado. Terceiro fraudador. Preliminar de cerceamento de defesa afastada. Dever do requerido, PagSeguro, prestar um serviço adequado e eficiente, não permitindo que fraudadores utilizem os serviços de arranjo de pagamento (Lei nº 12.865/13) de forma ilícita. Dever de vigilância, no tocante à abertura de contas, não cumprida de maneira cabal. Prejuízo do requerente decorrente do defeito no serviço prestado pelo requerido. R. sentença mantida. Recurso de apelação não provido.

(TJ-SP, Apelação nº 1000600-13.2019.8.26.0495, 22ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 05.03.2020).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo-SP - CEP 05435-040**

Portanto, reconhecida a responsabilidade civil do réu pelo ilícito narrado, é procedente o pedido de ressarcimento feito na inicial, sem prejuízo de o requerido, se assim entender pertinente, voltar-se em regresso em face de seu cliente em ação própria.

**Juros de mora.** Embora o art. 161 § 1º do CTN preveja que os juros de mora correspondam a 1% ao mês, tal percentual é subsidiário e aplicado apenas "se a lei não dispuser de modo diverso".

A lei 9.430/96, que disciplina a legislação tributária federal, prevê em seu art. 5º § 3º que o imposto de renda será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Também os juros de mora do ITR correspondem à taxa SELIC (art. 12 lei 9.393/96).

A lei 10.522/02, expressamente, menciona que "os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional" sofrerão incidência de "juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC (art. 29 e 30).

O art. 406 do Código Civil determina que os juros moratórios, quando não convencionados, "*serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional*".

Considerando-se a previsão em lei de juros de mora equivalentes à taxa SELIC, não prevalece o percentual subsidiário previsto no art. 161 do CTN.

O STJ fixou jurisprudência neste sentido.

Ao julgar o REsp nº 1.102.552-CE (Rel. Min. Teori Zavascki, j. 25.3.2009) decidiu que "*atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais*" e, também, no sentido de que "*a incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem*".

Tal decisão, por força do REsp nº 1.110.547-PE foi definitivamente alçada à categoria de tese em recursos repetitivos fixando o STJ as seguintes teses: "*A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC*" (tese 112); e "*Incidem juros de mora pela taxa Selic a partir da citação*" tese 113).

Recentemente o STJ manteve o mesmo entendimento no REsp nº 1.543.150-DF (Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, j. 7.10.2019): "*A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002 é a SELIC*".

A questão é recorrente perante o STJ, o qual, ao julgar o REsp nº 1.846.819-PR em 13.10.2020 (Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino), não deixa dúvidas ao ratificar a sua jurisprudência consolidada:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONVERTIDA EM PERDAS E DANOS. JUROS DE MORA. ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC. TEMAS 99 E 112/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PREJUDICIALIDADE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo-SP - CEP 05435-040**

1. Controvérsia acerca da taxa de juros moratórios incidentes sobre valor correspondente à conversão em perdas e danos de obrigação de fazer de origem contratual.
2. Nos termos do art. 406 do Código Civil: "quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional".
3. Nos termos dos Temas 99 e 112/STJ, a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, vedada a acumulação com correção monetária.
4. Reforma do acórdão recorrido para substituir a taxa de 1% ao ano pela taxa SELIC, vedada a cumulação com correção monetária.

Assim, os juros de mora das indenizações por danos materiais e morais deverão corresponder à taxa SELIC, vedada a cumulação com a correção monetária.

**Dispositivo.**

**Por estas razões, JULGO PROCEDENTE esta ação que \_\_\_\_\_ S/A**  
**ajuizou contra \_\_\_\_\_**  
**S/A.**

**CONDENO o réu a pagar à autora o valor de R\$ 13.140,50.**

**O valor deve ser corrigido monetariamente desde novembro/2020 (fls. 9) até a citação do réu (fevereiro de 2021, fl. 42).**

**A partir da citação, o valor deve ser acrescido apenas de juros de mora na forma do art. 406 do CC. Estes juros são correspondentes à taxa SELIC e não podem ser cumulados com correção monetária, conforme Teses nº 112 e 113 do STJ em recursos repetitivos (REsp nº 1.110.547-PE).**

**Por fim, CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação acima, na forma do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. P.R.I.**

São Paulo, 04 de novembro de 2021.